



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Plenário "Tereza Delta" da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, reuniram-se, em audiência pública, os membros da Comissão Mista desta Câmara Municipal, para apreciação do Projeto de Lei nº 104/2017, Protocolo Geral nº 5329/2017, de autoria do Executivo Municipal, que "Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Bernardo do Campo para o exercício de 2018, e dá outras providências". Presentes os seguintes membros do Colegiado: Vereadores Ary de Oliveira, Presidente, Líder do PSDB; Bispo João Batista, Líder do PRB; e Ramon Ramos, Líder do PDT. Presente, ainda, o Vereador Jorge Araújo. O Poder Executivo Municipal esteve representado pelas seguintes pessoas: Senhores (as) Julia Benício, Secretária de Governo do Município; José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Alcir Pirani, Diretor de Orçamento da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Tatiana Moncayo Rebucci, Assistente de Diretoria da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Alessandra Baldini, Assistente de Diretoria da Secretaria de Cultura; Fátima P. dos Santos, Encarregada de Serviço da Secretaria de Segurança Urbana; Delson José Amador, Secretário de Transportes e Vias Públicas; Luciano Eber Nunes Pereira, Secretário de Planejamento Urbano e Ação Regional; Carlos Alberto Garcia Romero, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Antonio Gilmar Giral dini, Diretor Financeiro da Secretaria de Finanças; Vanessa Silva Pereira, Analista Previdenciário do Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo, Luiz Carlos Gonçalves da Silva, Superintendente do IMASF; José Ernesto Lopes Ortega, Chefe de Seção da Contabilidade do IMASF; Henrique Aparecido Vicente, Contador do Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo; Rogéria Leite Soares Gomes, Diretora de Contabilidade e Controladoria da Secretaria de Finanças; Matias José de Sousa, Diretor do Departamento do Tesouro da Secretaria de Finanças; Robson Tadeu de Almeida, Assistente de Diretoria da Secretaria de Finanças; Cristiano Liberato, Encarregado de Serviço da Secretaria de Orçamento e Planejamento; Vânia Maria F. Aguiar, Chefe de Seção da Secretaria de Cultura; Zilda M. Romero, Gerente de Orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Lara Secchiero Tabet Notte, Chefe de Divisão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Moisés Pais dos Santos, Economista na Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Geraldo Reple Sobrinho, Secretário de Saúde; Neusa Maria Sacchi, Secretária Adjunta de Finanças; Luiz M. Mognon, Secretário Adjunto da Secretaria de Comunicação; Igor Sousa dos Santos, Técnico Operacional da Secretaria de Comunicação; Fabiana Rodriguez Martins, Diretora de Departamento da Receita da Secretaria de Finanças; Mario Cesar Orsolan, Secretário Adjunto da Secretaria de Serviços Urbanos; Hiroyuki Minami, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo; Celmo Melo, Economista da Secretaria de Finanças; Ronaldo Bocch, Consultor da Secretaria de Finanças; Eloá Flores, Diretora - Secretaria de Educação; Cecília Lorena Viana Gomes, Chefe na Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Gilma Cardoso, Contadora da Faculdade de Direito São Bernardo do Campo; Jéssica Silva de Souza, Oficial Administrativo da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Edson Barbosa Sobrinho, Diretor Previdenciário do Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo; Eunice de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Cássia Santos Pereira, Diretora - Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Camila Gomes Quinonero Diretora da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Ana Letícia Matheus Nunes, Assistente Técnico Prog. Tributária; Mary A. Y. Campanha, Chefe de Divisão Orçamentária da Secretaria de Educação; Ilka B. da Silva, Chefe de Seção da Secretaria de Educação; Nueli O. Quirino de S. Vinturini, Diretora de Departamento da Secretaria da Educação; Marcelo Gama dos Reis, Diretor de Departamento da Secretaria de Educação; Marina Martim Magno, Oficial Administrativo da Secretaria de Habitação; Marcia Gotti Messias, Assessora Jurídica da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania; Ademir Silvestre, Presidente da ETCSBC; João Abukater Neto, Secretário de Habitação; Francisco Eustáquio da Silva, Diretor Administrativo Financeiro - ETCSBC; Renato Trevisan, Administrador Financeiro na ETCSBC e Karina Zoratti, Ag. Técnico de Obras da Secretaria de Serviços Urbanos. Presentes, ainda, os seguinte representantes de entidades: Senhores(as) Odilon Luiz de Oliveira Junior, Delegado Regional do Conselho Regional de Contabilidade; Juliana Rocha Dalecio, Conselheira do Conselho Tutelar Área III e Lourdes Veronezi, Conselheira Titular do Conselho Tutelar. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente da Comissão Mista esclareceu que a presente audiência pública se realiza em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades). Logo após, informou que a Câmara fez publicar a realização da presente audiência no jornal "Notícias do Município", edições dos dias 17 e 24 de novembro de 2017, bem como no site deste Poder Legislativo, convidando o público para participar da presente audiência. Feitas as considerações preliminares, o Sr. Presidente informou que os técnicos do Executivo Municipal promoverão o detalhamento do Projeto de Lei nº 104/2017, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro 2018. Para tanto, convidou os Srs. José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Alcir Pirani, Diretor de Orçamento da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo e Tatiana Moncayo Rebucci, Assistente de Diretoria da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, para tomarem assento à mesa dos trabalhos, registrando que, após a explicação do projeto, abrirá a palavra aos senhores vereadores presentes, para as suas perguntas e/ou sugestões. Informou que, logo em seguida, os representantes das entidades presentes à audiência poderão fazer suas perguntas por meio de formulário próprio fornecido pelos técnicos da Câmara Municipal. Em seguida, passou a palavra para os técnicos do Poder Executivo para explanação. Feitos os pronunciamentos e esclarecidas todas as dúvidas formuladas pelos senhores Vereadores, o Presidente da Comissão Mista determinou que as notas taquigráficas que registraram a audiência pública, bem como todas as listas de presença e cópia dos quadros demonstrativos elaborados pelo Executivo Municipal integrassem a presente ata. Por fim, agradeceu a presença de todos e deu os trabalhos por encerrados às dez horas e vinte minutos, determinando a lavratura da presente ata, a qual vai assinada por quem de direito. x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

ARY DE OLIVEIRA
Presidente
Líder do PSDB

BISPO JOÃO BATISTA
Líder do PRB

RAMON RAMOS
Líder do PDT



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 104/2017, PROTOCOLO GERAL Nº 5329/2017, QUE “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018”, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS NOVE HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Bom dia a todos.

Vamos dar início à audiência pública da Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, para tratar do Projeto de Lei nº 104/2017, PG nº 5329/2017, que “estima a receita e fixa a despesa do Município de São Bernardo do Campo para o exercício de 2018 e dá outras providências”.

A audiência desta data visa assegurar a transparência da gestão orçamentária, conforme dispõe o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o art. 44 do Estatuto da Cidade.

A Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo é constituída pelos seguintes Vereadores:

Vereador Ary de Oliveira, líder do PSDB – Presidente;

Vereador Reginaldo Burguês, líder do PSD – Vice-Presidente;

Vereador Joilson Santos Carvalho, líder do PT;

Vereador Aurélio, líder do PTB;

Vereador Fran Silva, líder do SD;

Vereador Ramon Ramos, líder do PDT;

Vereador Gordo da Adega – Josias Paz, líder do PC do B;

Vereador Julinho Fuzari, líder do PPS;

Vereador Índio, líder do PR;

Vereador Eliezer Mendes, líder do PODE;

Vereador Mauro Miaguti, líder do DEM;

Vereador Martins Martins, líder do PHS;

Vereador Bispo João Batista, líder do PRB.

Informamos que esta Câmara Municipal fez publicar no Jornal Notícias do Município, edições dos dias 17 e 24 de novembro de 2017, comunicado convidando a população a participar desta audiência, nos seguintes termos:

“A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, por meio da Comissão Mista, convida o público para participar de audiência pública a ser realizada no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

plenário da câmara, no dia 27 de novembro de 2017, às 9h, referente ao Projeto de Lei nº 104/2017, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Bernardo do Campo para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências. Vereador Ary de Oliveira, Presidente da Comissão Mista”.

Informamos, ainda, que disponibilizamos referido convite em nossa página da internet.

Neste momento, faremos a composição da Mesa dos trabalhos. Convidamos o Sr. José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças do Município; o Sr. Alcir Pirani, Diretor de Orçamento da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, e Sra. Tatiana Moncayo Rebucci, Assistente de Diretoria da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo.

Informamos que, após a exposição feita pelo representante do Executivo Municipal, esta Presidência passará a palavra aos Vereadores.

Logo em seguida, a população aqui presente poderá fazer suas perguntas por escrito, por meio de formulário fornecido pelos funcionários desta Câmara Municipal.

Passaremos a palavra aos técnicos do Poder Executivo Municipal, para a exposição do projeto.

Com a palavra José Luiz Gavinelli.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Bom dia a todos. Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente da Comissão Mista, nosso amigo Ary de Oliveira, a quem agradecemos o convite de mais uma vez estar nesta Casa, explanando a LOA para o próximo exercício financeiro.

Quero cumprimentar também nossa Secretária de Governo, Júlia Benício. Em seu nome, cumprimentar os demais secretários e dirigentes das autarquias presentes.

Gostaria de cumprimentar também os membros do Conselho Municipal de Orçamento, que se encontram presentes. Pela Secretaria de Finanças, a minha secretária Adjunta Neusa Sacchi. Como suplente Alcir Pirani, Diretor de Orçamento. Como suplente da Secretaria de Educação, a Mari, também presente. Ainda, pela Secretaria de Saúde, como titular, o Secretário de Saúde, Geraldo Reple. Como titular da Secretaria de Serviços Urbanos, Mário Orsolan. Agradecer a presença e o prestígio por estarem presentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Bem, gostaria também de agradecer e cumprimentar os integrantes da Secretaria de Finanças, em nome do Diretor de Orçamento, Alcir Pirani, que foi responsável pela elaboração da Lei Orçamentária Anual, a LOA para 2018. E, em seu nome, cumprimentar os demais integrantes da Secretaria de Finanças.

Agradecer os demais funcionários e os demais presentes nesta audiência.

O prefeito tem procurado e nos incentivado a dar a maior transparência possível. Exatamente em atendimento a essa solicitação da Câmara, não só nos incumbiu de estarmos presentes, mas também os demais secretários e integrantes das autarquias.

É importante destacar que essa lei norteará a execução orçamentária do próximo exercício e nela estarão previstos todos os projetos e as atividades que se pretendem executar no próximo exercício.

Vamos iniciar a apresentação. Entendemos por bem iniciarmos com uma retrospectiva ainda em relação aos números que temos apurado. Então, no primeiro quadro passamos um demonstrativo até para dar total transparência da situação atual, projetando alguns itens de arrecadação em comparação com o ano de 2016. Então, estamos projetando para o ano de 2017 ainda uma queda de aproximadamente 1% no ISS, uma queda de aproximadamente R\$ 388 milhões. No Imposto de Renda, também uma queda de 8%, correspondente a R\$ 125.709 milhões. Também com relação à CIP, uma queda de aproximadamente 6%, representando o montante de R\$23.990 milhões. O ICMS, que é o item mais importante de arrecadação do município, uma queda de 7%, o que corresponde a quase R\$ 100 milhões. É importante dizer que essa arrecadação é em comparação do período de 2017 com 2016. O IPVA, também uma queda de aproximadamente 1.6%, o que corresponde a aproximadamente R\$ 3 milhões.

Em decorrência dessas quedas que têm sido verificadas durante todo o exercício, como também já é de conhecimento de todos, o município implementou várias medidas de contenção de despesa, desde o primeiro dia de mandato do prefeito. Tanto o prefeito, quanto todos os secretários e dirigentes de autarquias, todos foram imbuídos no sentido de conter despesas.

Então, até a última posição que temos, foi feita uma economia na ordem de R\$162.457 milhões. Isso desde a redução da PPP do Lixo, até mesmo poço artesiano no Parque do Estoril. Então, são itens que estão discriminados e isso vai



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

estar no site da prefeitura e depois os senhores podem analisar os vários itens que foram feitas essas negociações.

É importante também aqui ressaltar que as últimas negociações feitas pelo comitê, com total apoio do prefeito foram as dívidas do IMASF. Quer dizer, hoje o IMASF está totalmente em dia com as suas obrigações. Todas aquelas obrigações com os hospitais que existiam, o município assumiu, e através tanto da obtenção de descontos quanto de parcelamento colocou em dia todas as dívidas. Hoje o IMASF não possui qualquer dívida junto a seus fornecedores.

Fizemos também aqui, até para sinalizar aos senhores, uma evolução – e isso está deflacionado – dos principais itens de receita também. Nesse primeiro quadro, os senhores têm uma ideia da evolução do índice, tanto do FPM, quanto do ICMS, onde verificamos, nesse vermelho, que é o ICMS, que ele sobe, em 2009, chega ao pico em 2013 e daí para frente ele tem uma queda. E essa queda vem ano a ano acontecendo. Isso é fruto, na verdade, principalmente, da economia. A queda na venda de veículos em nosso município.

A mesma coisa com relação ao FPM, só que esse, até por ser um item pequeno, ele já não teve essa mesma oscilação do ICMS. No quadro seguinte, que aí fica mais evidente a queda do ICMS, é o índice apurado anualmente de distribuição para os municípios. Vejam que chegamos a quatro pontos percentuais em 2000 e hoje estamos com 2.71 e para o ano que vem esse índice irá cair mais um pouco, vai cair para 2.41.

Aqui queria passar umas informações. Na questão do ICMS, é importante ressaltar que para o ano que vem, pelo menos em termos de índice, teremos uma queda de 11%. Em 2016, o município de São Bernardo do Campo era o terceiro colocado no Estado de São Paulo, ou seja, era o terceiro município em termos de índice. Tínhamos um índice de 3.044. Estávamos atrás de São Paulo, Guarulhos e aí vinha São Bernardo do Campo, com valor adicionado de 31,8 bilhões. Em 2017, caímos uma posição, fomos para quarto lugar, atrás de São Paulo, Guarulhos e Paulínia, com um valor adicionado de 27.3. Então, o ano anterior foi 31.8; em 2017, 27.3. E para 2018, caímos mais duas posições. Agora, vamos estar como sexto colocado. Vamos estar atrás de São Paulo, Guarulhos, Paulínia e Campinas. O nosso valor adicionado é 25.7, contra 27.3 desse ano, o que demonstra que também será um ano difícil, mas que temos algumas projeções de uma pequena melhoria.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Aqui é o ISS, que também teve um crescente desde 2009, estabilizou em 2016. E vamos ter uma pequena queda em 2017, também fruto da nossa economia. Na sequência, o IPTU, que também teve uma queda absurda em 2010. Aí houve um crescimento até 2013, uma pequena oscilação em 2015 e voltou a crescer um pouco em 2016 e, em 2017, também teremos uma pequena elevação.

Finalmente, o ITBI, onde tivemos um crescimento de 2009 até 2013, e aí sucessivas quedas em 2014, 2015, 2016 e, 2017, que devemos arrecadar muito próximo de 2016.

Bom, esses são alguns esclarecimentos que quisemos passar aos senhores, para terem ideia de como está a arrecadação do município, e agora falaremos sobre a audiência pública em razão do convite feito pela câmara, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 48; também com relação à Constituição Federal, art. 165; à Lei Federal nº 4.320, que estabelece normas gerais para elaboração e execução e controle orçamentário, e, finalmente, à Lei Orgânica do Município, através de seu art. 274.

Temos insistido e demonstrado em todas as audiências quais são as peças que envolvem a questão da elaboração orçamentária ou planejamento orçamentário. Então, ele foi feito esse ano pela LDO, que foi uma LDO aprovada e virou a Lei nº 6.561, de 19 de junho de 2017. Na sequência enviamos para a câmara o PPA, que envolve os exercícios de 2018 a 2021, que se encontra nesta Casa, e tem que ser votado até o final do ano legislativo. E agora a LOA, objeto dessa audiência, também em análise nesta Casa e também deverá ser aprovada até o final do ano legislativo.

Acabaram de me confirmar que o PPA foi aprovado e publicado na sexta-feira. Agradecemos a câmara por mais essa aprovação desse projeto. Obrigado.

Bem, e aí, no final, aprovando-se a LOA, para o ano que vem, vamos ter a execução orçamentária de 2018, ressaltando novamente que todas essas peças orçamentárias foram feitas de acordo não só com o plano de governo, mas também com o Programa Governar com Você, lançado por essa administração para ouvir as prioridades e metas da população. Isso foi lançado em 18 de maio de 2017. Ficou no ar até 30 de junho de 2017. E a votação ocorreu pelo site. Aí estão demonstradas quais eram as opções. E também através de formulários entregues. Foram colhidos 27.543 votos e aí divididos por vários segmentos, de forma muito equilibrada. Vejam



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

aí que os Itens Segurança, Saúde, Cultura e Desenvolvimento Econômico receberam 9%. Os demais receberam 8% e 7%.

E aí passamos a explicar o orçamento para 2018. A Administração Direta, estamos estimando um valor de R\$ 4.958 bilhões, correspondentes a 89,96% da peça, sendo que recurso do Tesouro, o montante é de R\$ 3.063 bilhões, correspondentes a 55% do total do orçamento da Administração Direta. Recursos vinculados na ordem de R\$ 1.894 bilhão, correspondente a 34,38%. Administração Indireta, um orçamento total de R\$ 553.170 milhões, correspondentes a 10%, totalizando um orçamento fiscal da ordem de R\$ 5.511.219 bilhões.

Além desses valores constantes no orçamento, é importante informar que o município realiza transferências financeiras do Tesouro para a Administração Indireta. No caso o SBC PREV, transferências da ordem de R\$ 261.957 milhões; para a câmara municipal, através de duodécimo, R\$ 77.5 milhões; para a ETC, R\$ 11.3 milhões; para a Fundação Criança, R\$ 12.5 milhões; para a Agência Reguladora, R\$ 1 milhão, totalizando de transferências financeiras R\$ 364.257 milhões.

Um detalhamento da composição das receitas da Administração Direta. Dos R\$ 4.958.049 bilhões, R\$ 1.595.999 bilhão é receita tributária, R\$1.680.650 bilhão é de transferências correntes (aí dentro do ICMS) e demais receitas correntes, R\$ 584.698 milhões, sendo que para o próximo exercício estamos prevendo a concessão do transporte coletivo, que existe uma estimativa aí de aproximadamente R\$ 401 milhões.

Receita de Capital, que envolve transferências de capital e operações de crédito, no montante de R\$ 1.096.702 bilhão. Em relação aos pressupostos macroeconômicos que foram observados para fins de elaboração dessa peça orçamentária, adotamos um IPCA estimado de 4.5%, um PIB de 0.48, sendo que aqui o que nos deixa um pouco otimistas é que o próprio mercado já sinaliza um PIB de 2.38. E o Ministro Meirelles recentemente comentou que ele acredita que podemos chegar a 4%, não só em decorrência da capacidade ociosa de nossas empresas, de nossas indústrias, mas também em razão das reformas que estão em tramitação no Congresso.

Na sequência, fazemos uma decomposição da receita por categoria. Do total da receita prevista, 32% é receita tributária, impostos e taxas, competência do município; 34% são transferências correntes; 13% são operações de crédito; e aí



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

receita patrimonial, que é a gestão do fluxo de caixa, que são basicamente as aplicações financeiras, 9%, e as demais receitas, totalizando R\$ 4.958.049 bilhões.

Também ainda decompondo a receita, os principais itens, tributos têm um peso de 32%, sobre a nossa receita. Outras receitas, 24.2%. ICMS, 13.2%, em relação à receita total. Sendo que, em relação à receita corrente, o ICMS corresponde a quase 30% da nossa arrecadação.

Na sequência, operações de crédito com 12,8%, transferências de capital com 6,8%, Fundeb 6,55, IPVA 3,1%, dívida ativa 0,7% e multas e juros 0,55, meio por cento.

A Administração Indireta agora, a composição do orçamento total para 2018. Total de R\$553.170 milhões, correspondente a SBCPrev R\$351,147 milhões, Imasf R\$140,475 milhões, Faculdade de Direito R\$36,441 milhões, Fundação Criança R\$17,397 milhões, Rotativo R\$7,710 milhões e Agência Reguladora zero, lembrando que esse item são receitas arrecadas diretamente por esses entes. Aqui está fora aquela transferência financeira que o Município realiza anualmente. É o que esses entes irão arrecadar em 2018.

Aí nós detalhamos, vou citar para vocês as principais funções, mas é o financiamento da Administração Direta por função. Na função saúde um total de R\$1,068,196 bilhão é o que está previsto para 2018, sendo que desse total R\$568,716 milhões é do Tesouro, R\$41,576 milhões são transferências do Estado, R\$3,676 milhões são fundos, transferências da União R\$373,710 milhões e operações de crédito R\$80,518 milhões.

A segunda função seria transporte, com total de R\$1,060,674 bilhão, sendo que do Tesouro R\$552,932 milhões, transferências do Estado R\$2,3 milhões, fundos R\$49,942 milhões, transferências da União R\$99,6 milhões, operações de crédito R\$355,9 milhões.

Educação, um orçamento total de R\$937,450 milhões, sendo que recursos do Tesouro R\$533,591 milhões, transferências do Estado R\$320,539 milhões, fundos R\$960 mil, transferências da União R\$74,260 milhões, operações de crédito R\$8,1 milhões.

Urbanismo, que seria a SU, um orçamento total de R\$405,635 milhões, sendo que R\$251,070 milhões Tesouro, R\$700 mil transferências do Estado, R\$49,296 fundos, R\$12,206 transferências da União R\$12,203 milhões, R\$3,832



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

decorrentes de parcerias, R\$88,534 milhões operações de crédito, totalizando R\$405 milhões.

Na sequência habitação, com orçamento total de R\$316,167 milhões, recursos do Tesouro R\$36,789 milhões, transferências do Estado R\$5,124 milhões, fundos R\$3,960 milhões, transferências da União 176,349 milhões, operações de crédito R\$93,945 milhões, totalizando os R\$316,167 milhões.

Na sequência nós temos encargos gerais, a Administração, segurança pública, assistência social, desporto e lazer, cultura e demais funções, totalizando R\$4,593,792 bilhões.

Da mesma forma nós detalhamos a composição desse orçamento por Secretaria. Então, a primeira Secretaria, que corresponde a 11% do orçamento é a Secretaria de Administração e Modernização Administrativa, com um orçamento de R\$1,120,283 bilhão, lembrando que dentro da Secretaria de Administração existe a folha de pagamento e os respectivos encargos.

Secretaria de Transporte e Vias Públicas, com R\$1,052,251 bilhão, correspondente a 10,41% do orçamento. Secretaria de Saúde, juntamente com o Fundo de Saúde R\$958,214 milhões, correspondente a 9,48%. Secretaria de Educação R\$332,831 milhões, correspondente a 3,29%. Secretaria de Habitação R\$309,378 milhões, 3,06%. Secretaria de Serviços Urbanos, R\$306,437 milhões, correspondente a 3,03%. Secretaria de Finanças R\$282,969 milhões, correspondente a 2,8%, lembrando que aqui na Finanças nós temos todos os encargos da dívida fundada das operações de crédito tanto das operações de amortização quanto também de juros.

E aí as demais Secretaria, Secretaria de Obras, Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Esportes e Lazer, Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Planejamento Urbano e Ação Regional. Na seguinte, Secretaria de Segurança Urbana, Secretaria de Cultura, Encargos Gerais dos Município, Desenvolvimento Econômico, Gestão Ambiental, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, que na verdade está agregada junto com a Secretaria de Finanças, Secretaria de Chefia de Gabinete, Secretaria de Coordenação Governamental, Assuntos Jurídicos e Cidadania, Governo e Secretaria de Relações Internacionais, totalizando R\$4,593,792 bilhões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Nesse gráfico nós procuramos demonstrar também as despesas por grupo. Então, 38% da despesa total fixada corresponde a outras despesas correntes, num total de R\$1,733,466 bilhão. Investimentos, aqui envolvendo tanto fonte 01 como transferências e operações de crédito, 34%, R\$1,566,352 bilhão. Pessoal e Encargos Sociais, uma despesa total de R\$998,245 milhões, correspondente a 22%. E amortização da dívida junto com juros da dívida, que corresponde a R\$192,101 milhões, 4%, mais os encargos e juros R\$93,628 milhões, totalizando 6% com amortização e encargos da dívida.

Investimentos por fontes. Nós vamos lá no orçamento de R\$4,593 bilhões e vamos detalhar a composição por fonte desse orçamento. Então, 12% é fonte do Tesouro, fonte 01, correspondente a R\$554,729 milhões, 14% é operações de crédito correspondente a R\$646,457 milhões, depois nós temos Estado com R\$8,198 milhões, 0,2%, fundos com R\$30,577 milhões, 0,7%, União com R\$322,155 milhões, 7%, e parcerias R\$4,236 milhões, com 0,1%.

Aí, despesa total da Administração Indireta, decompondo o orçamento, Instituto Municipal de Previdência com 68%, R\$630,388 milhões, seguido do Instituto Municipal de Assistência à Saúde, o Imasf, R\$135,465 milhões, 14,7%, Câmara Municipal com R\$69,315 milhões, correspondente a 7,56%, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo com R\$32,352 milhões, 3,53%, Fundação Criança de São Bernardo do Campo com R\$29,897 milhões, 3,26%, Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo com R\$11,3 milhões, 1,23%, Rotativo São Bernardo R\$7,710 milhões, 0,84%, Agência Reguladora de Saneamento Básico de São Bernardo do Campo R\$1 milhão, 0,11%, correspondente a R\$917,427 milhões.

Despesa total consolidada da LOA de 2018 R\$5,511,219 bilhões, sendo que R\$4,593,792 bilhões é da Administração Direta, 83,35% e da Administração Indireta R\$917,427 milhões, correspondente a 16,65%.

Agora vamos passar para vocês os limites constitucionais e legais exigidos pela legislação. A base é a receita corrente líquida, então, em pessoal o limite máximo é 54% que o Município pode investir com pessoal, sendo que o valor do orçamento nós estamos com 32,64%. Lembrando, observando, na verdade, que nessa previsão de 2018 nós temos um valor de R\$400 milhões de concessão do transporte coletivo, então se nós excluirmos esse valor da concessão esse percentual de 32,64% iria para 36,42% de comprometimento com folha.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Na educação o nosso limite mínimo é de 25%, a nossa previsão na LOA de 2018 é investir 26,71%, portanto, 1,71% acima do mínimo constitucional.

Na saúde o limite mínimo é de 15%, e a nossa previsão para 2018 é investir 22,31%, portanto, 7,31% acima do nosso limite constitucional.

Com relação às despesas com pessoal, então nós temos uma decomposição, que é a nossa receita corrente líquida no valor de R\$3,861,347 bilhões, a despesa estimada com pessoal R\$1,260,202 bilhão, o percentual de comprometimento 32,64%. Se excluirmos desse cálculo a concessão do transporte coletivo teríamos uma receita corrente líquida de R\$3,459,944 bilhões, uma despesa com pessoal de R\$1,260,202 bilhão, e aí um comprometimento estimado de 36,42% da folha.

Aí nós temos a receita bruta R\$5,177,699 bilhões, reduzindo receita de capital R\$1,096,702 bilhão, reduzindo as deduções do Fundeb R\$219,650 milhões, daria uma receita corrente líquida de R\$3,861,347 bilhões. É uma explicação de como a gente chega na receita corrente líquida. E também se excluirmos a receita de concessão a receita corrente líquida cairia para R\$3,459,944 bilhões.

Aqui é uma breve explicação do limite constitucional no caso da educação. Nós demonstramos como nós chegamos nos 26,71%, quais são os itens de receita que fazem parte do cálculo. ICMS, com R\$819,1 milhões, seguido de FPM, IPI Exportação, a Lei Kandir, a Lei Complementar 87, IPTU, Imposto de Renda, ITBI, ISS, ITR e IPVA. Somando todos esses itens teremos uma receita estimada de R\$2,511,672 bilhões, 26,71% desse total R\$670,865 milhões, que é o que se pretende investir em educação em 2018.

Aí nós decomparamos também onde se vai investir na educação. Do total, 56% em pessoal, 40% em custeio, 3% em investimentos e demais itens não chegou nem a dar o percentual aqui.

Aí a composição do número de unidades escolares, a rede física, escolas municipais de educação básica, EMEBs, 175 unidades escolares, escolas municipais de educação profissional sete unidades, centro de qualificação profissional uma unidade, totalizando 183 unidades.

E aí o gasto por nível de ensino, 44.146, aqui é número de alunos, são 81.371 alunos, desses 44.146 estão no ensino fundamental, 17.279 na educação infantil, 13.893 em creches, seguido da educação especial e creches conveniadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Os principais itens previstos no orçamento de 2018 na educação, merenda escolar com R\$95 milhões que se pretende investir em 2018, sendo que desse montante R\$42,6 milhões são recursos do Tesouro, R\$52,4 milhões recursos da União. Uniforme e material escolar, previsão de R\$17,9 milhões de recursos, todos eles recursos do Tesouro, e transporte escolar R\$40,5 milhões através da Emenda Constitucional 53.

Detalhamento da aplicação na saúde. A mesma coisa, os itens que compõem a base legal, que é o ICMS, FPM, IPI Exportação, a Lei Kandir, a Lei Complementar 87, IPTU, Imposto de Renda, ITBI, ISS, ITR e IPVA, total R\$2,511,672 milhões, aplicação mínima de 15% seria da ordem de R\$376,751 milhões, além desse montante o Município irá implementar recurso adicional de R\$183,686 milhões, totalizando R\$560,437 milhões, o que corresponde a 22,31% da receita de impostos.

E aí a composição do gasto na saúde. Custeio 81%, pessoal 17%, investimentos 1% e amortização e encargos da dívida também 1%. Aí tem a decomposição. Pessoal e encargos R\$94,388 milhões, juros e encargos da dívida R\$3,435 milhões, outras despesas correntes R\$451,6 milhões, despesa de capital total R\$11,014 milhões, sendo R\$5,814 milhões investimento e R\$5,2 milhões amortização da dívida. Total geral R\$560,437 milhões.

Na saúde nós temos hoje quatro hospitais, qualquer coisa o Secretário observa se tiver algum número errado, nove unidades de pronto atendimento, 34 unidades básicas de saúde, três centros especializados de odontologia.

Transporte e Vias Públicas. Agora nós passaremos a fazer um detalhamento pelas outras Secretarias. Também vou fazer os principais itens para a gente não estender muito. Secretaria de Transportes e Vias Públicas, total do orçamento de R\$1,052,251 bilhão, sendo que na gestão de sentenças judiciais, dívida pública e outros encargos R\$1,270 milhão, programa de transporte urbano, etapa 2, São Bernardo Moderna R\$163,956 milhões, o programa Mobilidade Urbana e Transporte de Qualidade com R\$887,025 milhões.

Em Habitação, o programa A Casa é Minha, valor total, R\$309,378 milhões, dividido por vários subprogramas. Segurança Urbana, segurança com cidadania e inteligência R\$10,460 milhões. Secretaria de Obras, gestão de obras públicas, concessionárias e iluminação pública R\$72,856 milhões. Desenvolvimento Socioambiental Sustentável, na Gestão Ambiental, R\$1,922 milhões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Desenvolvimento Econômico e Turismo, emprega São Bernardo R\$3,646 milhões. Desenvolvimento Social e Cidadania, São Bernardo garantindo direitos R\$15,230 milhões, São Bernardo Sua R\$1,586 milhão. Cultura, cultura 365 dias por ano R\$7,879 milhões.

Na Secretaria de Esportes, São Bernardo dos Esportes R\$20, 920 milhões.

Na Administração Indireta, Câmara Municipal R\$69,315 milhões, operações especiais e ação legislativa.

Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo, total de R\$630,338 milhões, sendo gestão de compromissos judiciais e administrativos R\$3,420 milhões. Gestão da previdência municipal R\$525,392 milhões. Reserva atuarial R\$101,576 milhões.

Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, total R\$32,353 milhões. Operações especiais R\$20 mil. Gestão da performance da Faculdade de Direito R\$32,332 milhões.

Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo R\$135,465 milhões. Operações especiais R\$401 mil. Administração geral R\$10,165 milhões. Assistência médico-hospitalar R\$117,039 milhões. Assistência odontológica remunerada R\$50 mil. Comercialização de medicamentos R\$7,810 milhões.

ETC R\$11,300 milhões. Operações especiais R\$6,800 milhões. Modernização e eficiência da gestão do transporte coletivo municipal R\$4,500 milhões.

Fundação Criança R\$29,897 milhões. Operações especiais R\$16 mil. Apoio administrativo à Fundação Criança R\$26,566 milhões. Proteção social básica e especial a crianças, adolescentes e jovens R\$3,315 milhões.

Rotativo São Bernardo, operações especiais R\$60 mil. Operação do rotativo São Bernardo R\$7,650 milhões.

Agência reguladora de saneamento básico de São Bernardo do Campo R\$1 milhão. Regularização dos serviços de saneamento básico R\$1 milhão.

Agradeço a presença da suplente da saúde do Conselho Municipal de Orçamento, Heloisa Molinari, do Conselho Regional de Contabilidade, Odilon de Oliveira Júnior.

Essas seriam as considerações, Vereador Ary, que tínhamos a fazer com relação à LOA de 2018 naquela linha que o prefeito solicitou comparecimento de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

todos os secretários, bem como todos os representantes das autarquias. Ficamos à disposição para qualquer dúvida que surgir. Como nas outras audiências entendemos que o ideal seria que fossem feitas todas as colocações para anotarmos todas as perguntas aos secretários e fazemos só um esclarecimento a todas as perguntas ocorridas.

Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado.

Destacamos a presença dos Vereadores Ramon Ramos, líder do Governo, Bispo João Batista e Jorge Araújo. Obrigado pela presença.

Esta audiência conta com a presença dos seguintes representantes do Poder Executivo Municipal: Julia Benício – Secretária de Governo; Antônio Gilmar Giraladini – Diretor Financeiro do SBCPrev; Luiz Carlos Gonçalves da Silva – Superintendente do IMASF; Delson José Amador – Secretário de Transportes e Vias Públicas; Luciano Eber Nunes Pereira – Secretário de Planejamento Estratégico; Carlos Alberto Garcia Romero – Secretário – Adjunto de Desenvolvimento Social e Cidadania; Geraldo Reple Sobrinho – Secretário de Saúde; Neusa Maria Sacchi – Secretária-Adjunta de Finanças; Luiz Mongnon – Secretário-Adjunto de Comunicação; Mario Cesar Orsolan – Secretário-Adjunto de Serviços Urbanos; Hiroyuki Minami – Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (Vereador licenciado desta Casa); Edson Barbosa Sobrinho – Diretor Previdenciário do SBCPrev; Admir Silvestre – Presidente da ETCSBC e João Abukater Neto – Secretário de Habitação.

Representantes de entidades presentes a esta audiência: Odilon Luiz de Oliveira Júnior – Delegado Regional do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo e Juliana Rocha Dalecio – Conselheira Tutelar da Área III.

Agradeço a todos pela presença.

Feita a exposição, esta Presidência passa a palavra aos nobres Vereadores, para que façam seus questionamentos. (Pausa)

Com a palavra o Vereador Bispo João Batista.

O SR. BISPO JOÃO BATISTA – Sr. Presidente, senhores da Mesa, presentes. É apenas uma observação. Vivemos um momento difícil no país como um todo e tudo também um pouco do fruto dos hábitos antigos, que tem consumido muito da verba que deveria ser aplicada na educação. Estava com meu colega, Vereador Jorge, observando, vamos pegar aqui só um recorte, na área, para citar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

um exemplo, poderia citar na saúde ou em outra área, a despesa com pessoal consome 56% da educação, investimento 3%.

E aí vou falar de algo que vai mexer com muita gente, inclusive em meu gabinete, que podem ficar descontentes, mas tenho de ser verdadeiro. Por fruto de uma prática paternalista e que hoje não dá para sustentarmos mais, mas a verdade é que hoje pagamos quinquênio, inclusive para funcionários comissionados, não é verdade? Muitos dos quais não têm compromisso com o município, são pessoas colocadas em cargos para atender de repente a interesses políticos. E esses funcionários já recebem o salário em dia, tem o 13º, tem férias remuneradas.

Honestamente, na situação em que o município, pais vivem, esse tipo de postura precisa ser revisto, porque quinquênio você trabalha cinco anos, ele tem direito a receber um salário depois de cinco anos como prêmio.

Não sou contra o funcionário, mas acho que o momento em que vivemos é preciso rever isso, porque o tipo de paternalismo que corrói uma verba e vemos: "poxa, caramba, quando é que vamos poder realmente evoluir na educação aplicando apenas 3%, tendo condições de aplicar apenas 3% no investimento". Mas aí você vai na área de pessoal, são 56%. Nesse bolo de 56% tem um quinquênio que realmente não cabe hoje termos esse tipo de despesa, isso deveria ser canalizado para investimento ou para outra área de maior importância.

Sei que neste momento não estarei agradando a muitos, mas não fomos eleitos para agradar as pessoas, para falar aquilo que tem de ser falado. Acho que, nós, Vereadores, precisamos nos reunir com o Presidente da Câmara, precisamos avaliar esse tipo de coisa, porque esse tipo de despesa pode ser canalizado para outra área, que vai realmente ter uma utilidade muito maior.

Perdoe-me os funcionários, os funcionários de meu gabinete quase todos têm direito, quase não mexi em meu gabinete durante esses quatro anos, mas tenho de pensar no povo, na população. Era só uma observação, Sr. Secretário, Sr. Presidente, só para pararmos, acho que temos de pensar um pouco nisso, avaliar isso.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Posso fazer uma colocação?

O SR. BISPO JOÃO BATISTA – Pode.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Só uma observação, independentemente da questão colocada pelo Vereador Bispo João Batista. Com relação à educação,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

realmente o grande item despesa é folha de pagamento, até porque o grande gasto da educação é com salários, são os professores, diretores e tenho quase certeza que 95% da área de educação são pessoas de carreira, então, não acredito que seja questão do quinquênio que pese nos gastos da educação.

Também só uma observação, só um esclarecimento adicional, que com relação ao pessoal comissionado normalmente uma pessoa sem vínculo quando entra numa empresa ou até mesmo em algumas administrações públicas existe o fundo de garantia. No caso do Município de São Bernardo não existe o fundo de garantia, então, o quinquênio é quase que uma compensação do não pagamento, do não recolhimento do fundo de garantia. Isso é só a título de comentarmos sobre essas observações. Sem entrar no mérito da concordância ou não, mas só a título de esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Mais algum Vereador tem algum questionamento? (Pausa.) Indagamos também se alguém da comunidade ou alguma entidade tem algum questionamento a fazer? Se houver, procurar a Dra. Angela e passar por escrito, para que os técnicos possam responder. (Pausa.) Não havendo questionamentos, atendidos todos os requisitos necessários para a realização da presente audiência e tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados, esta Presidência declara encerrados os trabalhos e agradece a presença das autoridades, bem como da população, dos representantes das entidades e especialmente aos técnicos da Secretaria de Finanças, pela exposição e pelos esclarecimentos.

Muito obrigado a todos.

-o0o-

Encerra-se a audiência às 10h20.